

## Donald Trump e a América Latina



Por **TIAGO NOGARA\***

*O fenômeno Donald Trump e a reorganização proposta para as relações com a América Latina não são fruto de uma megalomania, mas uma materialização do interesse dos bilionários americanos*

Desde a nova eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos, o conjunto da opinião pública global tem estado atenta às possíveis implicações de uma radicalização do unilateralismo estadunidense. Tais preocupações advêm não apenas do histórico das medidas que marcaram seu anterior mandato, mas também dos traços de acentuação de políticas intervencionistas e unilaterais que gradualmente retomaram maior força na diplomacia americana dos últimos anos.

Diante das promessas de Donald Trump durante sua campanha, sob o já conhecido slogan *Make America Great Again* (MAGA), os anseios não se mostram injustificados. E ganham ainda maior ressonância com as primeiras iniciativas de seu novo mandato. Com poucos dias de Trump II, os Estados Unidos já anunciaram sua retirada do Acordo de Paris, da Organização Mundial da Saúde (OMS) e até mesmo do acordo fiscal global da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em tom de ameaça, Trump sugeriu transformar o Canadá no 51º estado americano, expressou interesse em anexar a Groenlândia, e fez proposições ilegais e imorais, tais como a de realocar os palestinos de Gaza para outras áreas, visando “limpar” a região.

E é especialmente com relação à América Latina que as ameaças e determinações de Trump têm assumido um viés ainda mais agressivo. Em seu anterior governo, já tinha adotado uma política de cerco e aniquilamento contra o presidente Nicolás Maduro na Venezuela, ao reconhecer o governo fantoche e autoproclamado de Juan Guaidó, e incitar as mais diversas sanções políticas e econômicas contra o legítimo governo venezuelano.

Na mesma linha, reverteu o degelo iniciado por Barack Obama nas relações com Cuba; incluiu a Nicarágua na rota das sanções unilaterais e ilegais americanas; patrocinou o golpe de Estado contra Evo Morales na Bolívia; e incentivou a ofensiva da extrema direita colombiana contra os acordos de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN). Também adotou uma política de confronto aberto à presença econômica chinesa na América Latina, promoveu a ascensão do neofascismo em distintos países, e fortaleceu políticas migratórias discriminatórias, tendo como ápice a construção do muro na fronteira com o México.

E nem sequer completada duas semanas do novo mandato, a política de Donald Trump direcionada à América Latina parece trilhar um caminho de radicalização das doses de hegemonismo e intervencionismo há tanto tempo presentes na diplomacia americana. O presidente chegou a afirmar que o Canal do Panamá, que passou a ser diretamente gerido pelos panamenhos desde 1999, deveria ser devolvido ao controle de Washington, para conter a crescente influência da China em seu entorno.

Também sentenciou em alto e bom som que os Estados Unidos “não precisam da América Latina”; anunciou que rebatizará

# a terra é redonda

o Golfo do México como “Golfo da América”; ameaçou impor pesadas taxações aos produtos brasileiros; e assinou ato classificando como terroristas vários cartéis e organizações criminosas existentes na América Latina, abrindo precedente para intervenções diretas dos Estados Unidos em países da região.

Ao prometer concluir o maior processo de deportação da história, o governo de Donald Trump emitiu diversas ordens executivas orientadas nesse sentido. Elas envolvem medidas para acabar com o direito à cidadania por nascimento para filhos de imigrantes sem papéis que tenham nascido em solo americano; retomar a construção do muro fronteiriço; suspender os processos de novos solicitantes de asilo; decretar estado de emergência na fronteira; e mobilizar tropas do exército para auxiliar nas operações contra a imigração irregular. Paralelamente, o processo de deportação em massa já foi iniciado, com aviões militares transportando centenas de imigrantes latino-americanos de volta aos seus países de origem.

Os moldes nos quais os Estados Unidos concretizaram os processos de deportação já vêm causando graves distúrbios diplomáticos. No Brasil, os imigrantes desceram em solo nacional portando algemas, prática interpretada pelas autoridades brasileiras como inaceitável e ultrajante, e que de imediato gerou protestos oficiais por parte do governo Lula.

No caso da Colômbia, a situação assumiu contornos ainda mais graves. Inicialmente, o governo colombiano rechaçou a aterrissagem das aeronaves americanas, exigindo que os compatriotas fossem tratados com dignidade. Como resposta, Donald Trump anunciou que taxaria produtos da Colômbia em 25% no mercado americano, podendo chegar a 50% após uma semana, e que proibiria viagens e revogaria vistos de funcionários do governo colombiano e seus apoiadores. Em retaliação, o presidente Gustavo Petro ordenou igual taxa em 25% aos produtos americanos. Entretanto, logo em seguida, acabou retrocedendo, aceitando receber os aviões militares com os deportados de maneira irrestrita, evitando que a crise escalasse ainda mais.

As características do imbróglcio com a Colômbia exibem algumas marcas da provável estratégia a ser adotada na América Latina pelo novo mandato de Trump. Estados Unidos e Colômbia têm um Tratado de Livre Comércio (TLC) em vigor desde 2012, e tais medidas anunciadas pelo presidente americano violariam, irremediavelmente, tal instrumento. Além disso, a Colômbia representa nada mais nada menos do que o único país sul-americano que ainda tem os Estados Unidos como o maior destino de suas exportações, detém o status de aliada extra-OTAN e possui pelo menos sete bases militares americanas ativas em seu território.

Nesse sentido, se esboça um panorama no qual o uso de taxações e sanções para forçar o alinhamento dos governos da região aos interesses diplomáticos americanos pode se estender para muito além do ainda restrito arco envolvendo Cuba, Venezuela e Nicarágua. Afinal, as ameaças de Trump já foram direcionadas aos governos de México, Brasil e Colômbia, e parecem não ser exclusivamente delimitadas por fronteiras ideológicas, como denotam os imbróglcios com o Canadá e a Dinamarca.

E tal reconfiguração da política exterior americana não se dá por acaso. Diferentemente do que inferem as palavras de Donald Trump, ao dizer que os Estados Unidos “não precisam da América Latina”, a América Latina é, como tanto insiste o politólogo argentino Atílio Borón, a mais importante região do mundo para os estadunidenses. Não acidentalmente, a formulação da Doutrina Monroe se deu ainda em 1823. Muito antes de Woodrow Wilson formular os pilares de um novo multilateralismo global nos Catorze Pontos, os Estados Unidos já buscavam consolidar um multilateralismo regional sob sua liderança, desde 1889, com a organização das Conferências Pan-Americanas.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) consolidaram um ambiente decisório das Américas às margens do multilateralismo global, e sob particular vigilância dos Estados Unidos. Antes mesmo da exportação do macartismo e das contrapartidas políticas do Plano Marshall impulsionarem a cassação dos partidos comunistas na Europa, as oligarquias latino-americanas eram invariavelmente alentadas pelos Estados Unidos na perseguição aos principais dirigentes dos movimentos operários e camponeses locais.

Se enganam, portanto, aqueles que veem em tais ações uma mera demonstração de um suposto “desprezo” dos americanos

aos países do que eles consideram parte de seu “pátio traseiro”. Na realidade, as movimentações diplomáticas de Donald Trump exibem um vigoroso intento de reorganização do equilíbrio de forças políticas e econômicas na região. Esse objetivo está diretamente ligado a três questões fundamentais e interligadas: a competição global com a China, a contenção dos governos de esquerda na América Latina e o controle de recursos naturais estratégicos.

A América Latina possui reservas enormemente significativas de minerais essenciais para o processo de transição energética global e o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis, a exemplo do lítio, do cobre e do níquel. No que se refere especificamente ao lítio, concentra cerca de 60% dos recursos mundiais, estando no Triângulo do Lítio (situado entre Chile, Argentina e Bolívia) a sua imensa parte e mais da metade das reservas existentes. A América Latina responde por cerca de 40% da produção mundial de cobre, especialmente devido às sólidas reservas e capacidade de mineração no Chile, Peru, México e outros.

Também abriga expressivas reservas de prata e estanho, além de ser a região mais rica do mundo em recursos hídricos, concentrando quase um terço da água doce disponível, e de possuir uma vasta biodiversidade. Adicionalmente, a região abriga cerca de um quinto das reservas mundiais de petróleo e gás natural, incluindo a maior reserva comprovada de petróleo, situada na Venezuela. Não menos importante, a região é a maior exportadora líquida de alimentos do mundo, e controla quase um terço das terras aráveis do planeta, sendo grande parte delas no Brasil.

A insaciável cobiça americana com relação ao controle desses recursos jamais foi segredo, e ao longo da história são inúmeras as comprovações de como utilizou das mais amplas artimanhas para retirar do caminho as forças políticas e sociais latino-americanas que contestaram tais anseios. E para verificá-lo não seria necessário retomarmos aos primórdios da declaração da Doutrina Monroe em 1823, da tomada arbitrária e violenta de quase metade do território mexicano, das incursões dos flibusteiros nos países da América Central e no Caribe, e tampouco dos golpes de Estado e “guerras sujas” articuladas pela CIA ao longo da Guerra Fria. Bastaria observarmos meramente o próprio ciclo de ascensão e desestabilização dos governos de esquerda latino-americanos do início do século XXI.

Afinal, são indelévels as marcas do imperialismo ianque na atroz ofensiva em prol da derrubada dos governos progressistas latino-americanos da chamada “onda rosa”, responsável por enterrar a proposição da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) na Cúpula de Mar del Plata em 2005, questionar os receituários do Consenso de Washington e ousar construir um multilateralismo regional por fora dos esquemas tradicionais da OEA e do TIAR.

Quando necessário, o império se valeu da tradicional violência que lhe é peculiar, como nos casos das recorrentes e contínuas sanções políticas e econômicas unilaterais, ilegais e criminosas contra os povos de Cuba e Venezuela, e mais recentemente da Nicarágua. Nessa mesma linha, se inseriu o patrocínio explícito às sucessivas tentativas de golpe de Estado na Venezuela e na Bolívia, que chegaram a envolver o sequestro de Hugo Chávez em 2002, o intento separatista da Media Luna boliviana em 2008, as inúmeras *guarimbas* venezuelanas e o sangrento golpe contra Evo Morales em 2019.

Mas não só de violência explícita viveu a ofensiva reacionária impulsionada a partir de Washington, já que também tratou de aprimorar suas técnicas de “golpes suaves”, especialmente pela via do *lawfare*. Insuflando a Operação Lava Jato, os Estados Unidos lograram desmontar as construtoras brasileiras com as quais competia nos mercados latino-americanos, afetar brutalmente as operações da Petrobras (abrindo caminho para o avanço das multinacionais sobre as ricas reservas do pré-sal brasileiro), e de brinde ainda gerar a desestabilização e queda do governo Dilma Rousseff, e a consecutiva prisão de Lula.

Ainda na década anterior, as técnicas de *lawfare* já tinham acertado em cheio o Partido dos Trabalhadores (PT), com o Mensalão retirando temporariamente do campo de batalha alguns dos seus principais quadros, como José Dirceu, José Genoíno, entre outros. Medidas similares levaram às quedas de Manuel Zelaya em Honduras e Fernando Lugo no Paraguai; à renúncia do vice-presidente Raúl Sendic no Uruguai; às condenações contra Cristina Kirchner na Argentina, e Rafael Correa e Jorge Glas no Equador; e à derrubada e prisão de Pedro Castillo no Peru.

Portanto, não é gratuitamente que os governos da Quarta Transformação mexicana tenham enfatizado tanto a necessidade de uma ampla reforma que democratize verdadeiramente o oligárquico Poder Judiciário nacional, que emula em tantos traços o de outros países da região.

Ocorre que tais instrumentos foram capazes de desestabilizar e até mesmo derrubar muitos desses governos, mas não lograram eliminar as contradições sociais que alentam os povos latino-americanos a persistirem na luta em prol das melhorias de suas condições de vida. Às duras penas e mesmo diante de centenas de sanções que debilitam enormemente seus meios para promover transformações sociais profundas, os governos de Cuba e Venezuela se mantêm de pé, assim como o da Nicarágua.

Apesar de todos os esforços que culminaram no golpe contra Evo Morales em 2019, logo o *Movimiento al Socialismo* (MAS) voltaria a ocupar a presidência, com Luis Arce. E até no Brasil, onde a extrema-direita parecia assumir ares de hegemonia, Lula voltou a ser eleito, mesmo que dirigindo uma coalizão bastante mais conservadora que a de seus anteriores mandatos. Nem sequer a Colômbia, peça-chave do xadrez norte-americano na região, se viu imune a tais movimentações, com a eleição do ex-guerrilheiro Gustavo Petro assinalando uma imprevisível virada na conjuntura nacional. Os altíssimos índices de popularidade e aprovação do governo de Andrés Manuel López Obrador e de sua sucessora Claudia Sheinbaum, no México, são também um testemunho desse processo.

Poderia se argumentar que os mais radicais destes governos se encontram bastante debilitados, e que os mais moderados não representam uma grande ameaça aos interesses americanos. Mas é aí que reside um grave engano de muitos que analisam a conjuntura latino-americana: na atual quadra histórica, soluções moderadas já não parecem o suficiente para os esforços dos Estados Unidos de manterem sua hegemonia na região e no mundo. E isso não ocorre apenas devido aos fluxos e refluxos dos confrontos com as esquerdas latino-americanas, mas devido ao fator estrutural que representa a crescente cooperação da China com os países da América Latina e do Caribe.

Desde o ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), há pouco mais de 20 anos, os números de sua presença econômica na América Latina não param de crescer, permitindo que se tornasse a maior parceira comercial de inúmeros países da região, incluindo quase a totalidade da América do Sul. Os investimentos diretos chineses têm igualmente aumentado, resultando numa série de projetos de infraestrutura que tendem a impactar os fluxos comerciais regionais, vide o recém-inaugurado porto de Chancay, no Peru.

Mais de 20 países da região já aderiram à Iniciativa do Cinturão e Rota, e cada vez menos optam por manter relações diplomáticas com a província de Taiwan, preferindo reconhecer o único e legítimo governo da China, sediado em Pequim.

Adicionalmente, a diretriz da política externa chinesa de não-ingerência nos assuntos domésticos de terceiros países tem sido bastante apreciada por governantes de distintas colorações ideológicas. Essa combinação de crescente sinergia econômica e não-ingerência nos assuntos domésticos gerou um difícil quebra-cabeças para a diplomacia americana. Se nos tempos da Guerra Fria a contenção aos comunistas e à União Soviética era executada por meio das técnicas de “contrainsurgência”, em aliança com as oligarquias latino-americanas, hoje a contenção à China já é incapaz de se basear nestes mesmos meios.

Afinal, não são apenas os governantes de esquerda ou de viés nacional-popular que querem estender os vínculos de seus países com os chineses. Apesar de seu viés conservador, o governo peruano de Dina Boluarte sequer considera a possibilidade de deteriorar seus laços de cooperação com a China. Até mesmo governos títeres da extrema-direita americana, como os de Jair Bolsonaro e Javier Milei, demonstraram imensas dificuldades de colocar em prática suas políticas de viés anti-China, já que os interesses econômicos de boa parte das elites nacionais que os sustentavam não condizem com tal diretriz.

Assim, quando Donald Trump acusa o Brasil de querer o “mal” dos Estados Unidos, não o faz por considerar que o governo Lula esboça contornos anti-imperialistas (pois, de fato, não os esboça), mas sim por sua recusa em aderir ao jogo sujo da

contenção à China e do sufocamento aos governos rebeldes do seu entorno regional. Paralelamente ao acosso contra os governos de Gustavo Petro e Claudia Sheinbaum com a questão migratória, Trump também abre precedentes intervencionistas ao classificar como terroristas os cartéis que operam na América Latina.

Não é incidental que tudo isso ocorra quando os ex-presidentes colombianos Álvaro Uribe e Iván Duque clamam por uma intervenção militar internacional contra a Venezuela. Ao mesmo tempo, a mídia conservadora acusa Petro de leniência com as atividades do ELN, e insiste na narrativa que nega o caráter insurgente da guerrilha, caracterizando-a como facção criminoso e mero instrumento político do governo de Nicolás Maduro.

É esse panorama, portanto, que leva os Estados Unidos a radicalizarem o unilateralismo e as técnicas de imposição violenta de suas vontades na região. As soluções de compromisso e moderadas já não são mais suficientes para satisfazer os interesses do império. Mais do que nunca, são necessários em suas mãos governos fantoches que estejam dispostos a sacrificar não apenas os interesses dos seus povos, mas também de boa parte de suas elites dominantes.

Afinal, a decadência da hegemonia americana no cenário global torna-se cada vez mais evidente, como demonstram suas derrotas frequentes na corrida tecnológica contra a China, exemplificadas pelo recente rombo de US\$ 1 trilhão sofrido pelas Big Techs americanas após o lançamento do DeepSeek, modelo de inteligência artificial chinês.

Não à toa, Elon Musk, que conta um status semi-ministerial no governo Trump, é um declarado apoiador das atividades da extrema direita na América Latina. Defendeu publicamente o golpe de Estado na Bolívia em 2019, mantém estreitas conexões com Nayib Bukele e Javier Milei, e recentemente protagonizou um choque direto com o governo Lula no Brasil. Musk é um notório interessado na competição com a China em diversos setores tecnológicos, e por isso estreita suas intervenções ao redor do Triângulo de Lítio e insiste em operações de desestabilização política no Brasil, que tende a se consolidar como epicentro da produção de carros elétricos chineses.

O fenômeno Donald Trump e a reorganização proposta para as relações com a América Latina não são, portanto, fruto de uma megalomania, mas uma materialização do interesse dos bilionários americanos que clamam pela defesa de seus lucros exorbitantes.

Assim como historicamente se configurou para a política externa americana, o controle irrestrito da América Latina constitui a antessala para a potencialização da projeção global dos Estados Unidos. Dificilmente os americanos se aventurariam em um conflito de maiores dimensões no Oriente Médio ou na Ásia Oriental sem antes garantir ao menos o controle das poderosas reservas petrolíferas venezuelanas. Tampouco tendem a conseguir exportar as suas diretrizes anti-China para os aliados extracontinentais sem antes lograrem o mesmo na América Latina.

Nesse contexto, os povos latino-americanos devem estar cientes da centralidade que suas terras e seus destinos têm, na atual quadra histórica, para o processo de reconfiguração de forças em curso no mundo. E perante as ameaças, há de se atentar para o conselho de Claudia Sheinbaum, de que é necessário “manter a cabeça fria”, e também recordar que “sem nossos compatriotas, a economia dos Estados Unidos não poderia funcionar”. Sem nossos recursos, muito menos.

E como já sabemos de longa data, nossos problemas estruturais não serão resolvidos por meio de providências coercitivas, unilaterais e irresponsáveis, que tantas vezes já foram aplicadas e fracassaram, mas sim pela via da cooperação e do desenvolvimento, tendo a justiça social como eixo fundamental. Ao clamar pela unidade latino-americana como resposta aos ataques vindos de Washington, o presidente colombiano Gustavo Petro deixou clara a linha a ser seguida: “se o Norte não nos quer, o Sul deve se unir”.

**\*Tiago Nogara** é doutor em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP).

# a terra é redonda

*A Terra é Redonda* existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)

A Terra é Redonda